

Texto

Brazil banks sued for Amazon deforestation

Brazil's biggest bank - the state-run Banco do Brasil - is being sued for allegedly funding deforestation in the Amazon.

Public prosecutors say the bank lent money to companies that illegally cleared the rainforest and used labour practices bordering on slavery.

The smaller state-owned Banco da Amazonia is also being sued.

Brazil says it has drastically reduced the rate of deforestation in the Amazon in recent years.

Prosecutors in the state of Para said they had uncovered 55 loans worth nearly \$5m (£3m) that the Banco do Brasil approved to farms that had broken environmental and employment laws.

They also said they had uncovered 37 loans worth \$11m given to farms with similar violations by the Banco da Amazonia.

The loans violated Brazil's constitution, environmental laws, banking regulations and international agreements signed by Brazil, the independent prosecutors at the Public Ministry said.

"The discovery of this irregular financing shows that this is a generalised problem," they said in a statement.

They added that their findings supported studies that showed a direct relationship between public loans and deforestation in the Amazon.

Baseado no site <http://www.bbc.co.uk>

Anotações

Tradução livre

Banco no Brasil processado por desmatamento da Amazônia

O maior banco do Brasil – o banco estatal Banco do Brasil – está sendo processado por alegadamente financiar o desmatamento na Amazônia.

Promotores Públicos dizem que o banco empresta dinheiro para companhias que ilegalmente cortaram a floresta e usaram práticas que margeiam a escravidão.

O pequeno banco de propriedade do estado, Banco da Amazônia, também está sendo processado.

O Brasil diz que ele tem drasticamente reduzido a taxa de desmatamento na Amazônica em recentes anos.

Procuradores no Estado do Pará disseram que ele descobriram 55 empréstimos no valor próximo a 5 milhões de dólares que o Banco do Brasil aprovou para fazendas que tinham descumprido leis ambientais e trabalhistas.

Eles também disseram que descobriram 37 empréstimos no valor de 11 milhões de dólares dados para fazendas com violações similares pelo Banco da Amazônia.

Os empréstimos violaram a constituição do Brasil, leis ambientais, regulações bancárias e acordos internacionais assinados pelo Brasil, disseram os procuradores independentes do Ministério Público.

“A descoberta deste financiamento irregular mostra que isto é uma problema generalizado”, eles disseram em um pronunciamento.

Eles acrescentaram que suas descobertas suportam estudos que mostraram a relação direta entre empréstimos públicos e o desmatamento da Amazônia.